

- incentivo a pesquisa para acompanhamento e avaliação dos programas.

- que o Governo Estadual crie programas de utilização do flúor com metodologia adequada nas áreas onde não exista água fluoretada como vilas, municípios abastecidos com poços e regiões rurais, analisadas previamente.

- ampliar a possibilidade de acesso da população a rede de serviço através de criação de terceiros turnos de funcionamento das Unidades Sanitárias.

- implantar serviços de atendimento de urgência de 24 horas.

- controle sistemático e efetivo a nível municipal de teores de flúor nas águas de abastecimento do município, divulgando mensalmente à população os resultados dando transparência e credibilidade aos órgãos públicos

- exigir do Governo Federal uma postura definitiva quanto ao método de utilização de flúor através do sal de cozinha.

- universalidade da assistência com a eliminação das barreiras que interfiram no acesso dos serviços.

- divulgação e informação à população sobre serviços de saúde existentes, sejam eles públicos ou credenciados.

- a criação de condições de funcionamento e manutenção dos equipamentos públicos cuja capacidade instalada encontra-se inaceitavelmente ociosa.

- a definição de parte do SUS estadual e dos municípios, de planos de saúde bucal com a sua conseqüente implementação.

- garantia da continuidade das ações do estado no campo da saúde, independentemente das mudanças de partidos políticos, como forma de assegurar a assistência permanente à população.

- implementação, nas escolas de medidas que visem a redução gradual do uso do açúcar preparando a substituições destes por uma merenda mais saudável e com o fomento as hortas escolares, quando possível.

- coordenação de parte das secretarias municipais de saúde e da SSMA, dos programas de saúde bucal, desenvolvidos na rede estadual de ensino.

#### MOÇÕES.

Moção de Apoio ao Movimento pela ética na Política, pois exigimos que nossos representantes realmente defendam os interesses legítimos da maioria da população brasileira, inclusive as deliberações desta Conferência.

Pela seriedade de todos os membros da Equipe de Saúde Bucal, afim de garantir o respeito ao paciente.

Moção de Mobilização para que os políticos eleitos na área de Saúde sejam dignos defensores dos direitos de cidadania.

Moção de advertência à Comissão Organizadora da 1ª CESB pelo planejamento deficiente do tempo destinado as palestras em relação a discussão nos grupos de trabalho; ao destinar apenas uma tarde para debate de seis temas fundamentais, ficou prejudicado o debate de propostas extremamente importantes em detrimento de colocações menos relevantes.

Nas conferências que houver no RS que haja espaço para painéis e temas livres com garantia de participação dos municípios inscritos.

Esta conferência chama a atenção dos Deputados e Senadores gaúchos para sua responsabilidade delegada e intransferível, que a população gaucha saberá cobrar para a rápida e completa implementação destas medidas.

Posicionamo-nos radicalmente, contra a revisão (reforma) Constitucional neste momento, onde vem sendo propugnada "por poderosos", os representantes dos grandes monopólios, que visam retirar da Carta Magna os avanços sociais, conquistados com muita luta pela Sociedade Brasileira. Não reconhecemos neste atual Congresso nenhuma legitimidade para efetivar esta revisão.

Moção de advertência a esta Comissão Organizadora da 1ª CESB em relação ao local onde foi realizado o evento, para que seja garantido para as Conferências, um local com acomodações suficientes de alojamento e alimentação próximos a conferência, espaço apropriado para trabalhos em grupo e garantia de uso por tempo suficiente para toda a conferência.

Os participantes consideraram necessário registrar sua inconformidade com a não inclusão no temário da 1ª CESB de um tópico efetivamente destinado a discussão sobre o modelo de atenção e o modelo de prática e necessário para o País. Em função disto, manifestam-se pelo referendo das conclusões da VII CNS, que faz uma profunda e conseqüente crítica ao modelo hegemônico de odontologia ainda hoje vigente no País.

A 1ª CESB denuncia a continuidade no Governo Itamar das práticas do Ministério Collor de Melo concretizadas na retenção ilegal das verbas devidas a Saúde no orçamento da Seguridade Social. A utilização destas verbas na Previdência Social por parte do Ministro Antonio Brito, é totalmente indevida. Não cabe retirar recursos da área de saúde para assegurar a aposentadoria. O enriquecimento dos que sempre se beneficiam do poder neste País. Isto não pode continuar. Esta conferência chama toda a população a lutar ativamente contra este quadro lamentável.

A plenária da 1ª CESB lamenta a pouca participação dos municípios do RS neste evento, considerando sua importância em nível Estadual e Nacional e sugere que o relatório final desta conferência seja remetido também a estes municípios.

O grupo denunciou o atraso do processo de municipalização no Estado, alertando sobre a responsabilidade dos municípios no aceite deste processo mediante o cumprimento das exigências legais que o viabilizam.

Denuncia que o atraso no processo da municipalização decorre das indefinições que cercam a questão do financiamento.

O grupo denuncia a existência de algumas situações de uma falsa municipalização que acaba ocorrendo, não respeita os princípios do SUS e afirma que este processo de "prefeiturização" acaba ocorrendo em fun-

ção do abandono que tanto o Governo Federal como o Estadual relegam municípios que resistem a municipalizar-se efetivamente sem a garantia de financiamento e neste contexto recorrem a terceirização tornando então um sistema privado com garantias de público.

Que o Governo do Estado garanta condições para participação dos Delegados da Conferência Estadual de Saúde Bucal na II Conferência Nacional de Saúde Bucal.

O grupo repudia a aceitação, por parte da Comissão Organizadora da 1ª CESB, do patrocínio que a Coca-Cola prestou ao evento, por entender que a mesma é uma das responsáveis pelo estímulo ao consumo de produtos cariogênicos.

Envio de cópias do Relatório Final de eventos da Saúde a todos os municípios, endereçados aos Secretários Municipais de Saúde, Conselhos de Saúde e Câmara de Vereadores.

É no tocante ao trabalhador da Comissão de Sistematização na elaboração do Relatório Final, não houve previsão para, encerrando as atividades durante a madrugada, existir um esquema de transporte dos relatores aos locais de hospedagem, em consequência disto, houve o deslocamento a pé de alguns relatores para estes locais.